

'Centrinho' inviabiliza acordo com Centrão e '32' sobre estabilidade

Da Sucursal de Brasília

O Centrão e o "Grupo dos 32" quase fecharam ontem um acordo para uma proposta alternativa à estabilidade no emprego aprovada na Comissão de Sistematização. No entanto, o "Centrinho" não concordou com a solução e o entendimento foi, mais uma vez, inviabilizado e adiado. Enquanto os dois grupos querem a fixação de uma multa contra a despedida imotivada, o "Centrinho" defende que o assunto seja definido pela lei ordinária.



A partir de uma longa conversa, o deputado Luis Roberto Ponte (PDS-RS), do Centrão, e o senador Virgílio Távora (PDS-CE) e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do "Grupo dos 32" (formado por "moderados"), quase concordaram com a fixação, nas "Disposições Transitórias", de uma multa de 40% sobre o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço (FGTS) recolhido pelo empregador durante a vigência do contrato de trabalho contra as despe-



Parlamentares do Centrão reúnem-se com Ulysses no gabinete do deputado.

didas imotivadas e arbitrarias, a serem definidas pela lei complementar.

Esta multa teria validade até que a legislação regulasse o assunto e teria aplicação retroativa a todos os con-

tratos que já estivessem em vigor a partir de 1º de janeiro deste ano. No corpo permanente da nova Constituição, constaria a "proteção contra a despedida arbitrária assim definida em lei complementar". O deputado

Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), do "Centrinho", disse que seu grupo discorda da proposta. O "Centrinho" defende o resgate da proposta do primeiro substitutivo Cabral (é direito dos trabalhadores "contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei"). O senador Mário Covas (PMDB-SP), um possível candidato à Presidência da República, é o principal defensor desta proposta.

"Isso é menos do que o Centrão está dando", disse César Coelho a Covas na manhã de ontem, tentando demovê-lo desta proposta. César Coelho prefere uma multa correspondente a um salário por ano de trabalho contra a despedida imotivada. Mas esta posição é minoritária dentro do grupo. O percentual do FGTS desagrada o "Centrinho". Segundo César Coelho, o percentual significaria uma indenização "bem menor" do que um salário por ano trabalhado.

Ainda apostando numa negociação futura, os grupos vão apresentar vários pedidos de destaque sobre as 40 emendas que tratam da estabilidade no emprego. Mas o acordo final, segundo membros dos três grupos, só deve sair na véspera ou no dia da votação decisiva.

As propostas sobre a estabilidade no emprego, a partir do Cabral 1

O primeiro texto do relator Bernardo Cabral, elaborado a partir do trabalho das comissões temáticas, em agosto, dizia que é direito dos trabalhadores o "contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei".

Cabral 2

O substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral em setembro, ao prever a estabilidade no emprego, adotou emenda proposta pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), garantindo o emprego "protegido contra dispensa imotivada".

Cabral 3

A Comissão de Sistematização manteve o texto do substitutivo do relator ao "Cabral 1". A garantia de emprego protegida contra dispensa imotivada tem apenas três tipos de exceções: "os contratos a termo, nas condições e prazos da lei"; "as faltas graves, assim conceituadas em lei" e "justa causa, baseada em fato econômico intransponível, fato tecnológico ou infortúnio da empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho".

"Grupo dos 32" e Centrão

Os dois grupos aceitam incluir, no corpo permanente da nova Constitui-

ção, a proteção do emprego contra despedida arbitrária, na forma da lei complementar, com a garantia de uma indenização compensatória. Nas "Disposições Transitórias", os grupos querem incluir uma multa de 40% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) recolhido pelo empregador durante a vigência do contrato de trabalho, enquanto a legislação complementar não regular o assunto.

"Centrinho"

O grupo defende o resgate da proposta do "Cabral 1", pela qual o contrato de trabalho fica protegido contra despedida imotivada ou sem

justa causa, nos termos da lei. O maior defensor da proposta é o senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte.

Como é atualmente

A Constituição em vigor prevê, no artigo 165, que o assalariado tem direito à "estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido ou fundo de garantia equivalente". A lei 5.107, de 13 de dezembro de 1966, que criou o FGTS, estabelece que cabe ao trabalhador, em caso de demissão sem justa causa, todos os depósitos feitos em sua conta vinculada e mais 10% sobre estes depósitos, pagos a título de multa pelo empregador.

Governo de MG freta Boeing para reunião

Da Sucursal de Belo Horizonte

O governo de Minas Gerais fretou um Boeing 737 da Varig, por Cz\$ 960 mil, para levar de Belo Horizonte a Montes Claros os governadores e outras autoridades que participarão sexta-feira, nesta cidade do Norte do Estado, da 329ª Reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Simultaneamente, haverá um encontro de governadores do PMDB convocado pelo governador de Minas, Newton Cardoso (PMDB). Os governadores deverão chegar a Belo Horizonte na tarde de quinta-feira, participarão de um jantar oferecido por Newton, dormirão no Othon Palace e embarcarão às 8h de sexta-feira para Montes Claros, a 433 km de BH.

Não será o primeiro voo do "Boeing da alegria", como o avião é chamado entre jornalistas de Belo Horizonte. Em setembro de 1987, quando houve a última reunião da Sudene em Montes Claros, o governo

também fretou um 737 para levar os governadores. A exposição de motivos do Gabinete Militar do governo estadual justifica o fretamento com a alegação de que a viagem em pequenas aeronaves ficaria mais cara e dispersaria o pessoal.

No caso dos governadores do Nordeste, que participam do Conselho Deliberativo da Sudene, a medida não evita o deslocamento de seus aviões até Montes Claros, pois em geral retornam dali diretamente a seus Estados. Em setembro, o "Boeing da alegria" voltou quase vazio para Belo Horizonte.

Nem mesmo Newton estava a bordo. Ele preferiu voltar no jatinho executivo do governo, que decolou do aeroporto de Montes Claros minutos antes do avião fretado.

A assessoria de Comunicação Social do governo não soube informar se o Boeing é um 737-200 (com capacidade para 117 passageiros) ou 737-300 (109 passageiros).



O governador Newton Cardoso (na foto, há duas semanas, em entrevista no Rio)

Dante defende eleições em 88 para evitar "vazio de poder"

Da Redação

A data da realização da eleição presidencial define o futuro do regime democrático. A opinião é do prefeito de Cuiabá (MT) e ex-ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira. Ele disse ontem, em São Paulo, durante visita realizada à sede da Folha, que a "desesperança" da população brasileira com a "classe política" pode abrir caminho "para um vácuo (de poder), onde tudo pode acontecer". "Está em jogo o regime democrático", disse Dante, que defende eleições presidenciais ainda em 1988, para "salvar" a democracia.

Apesar de defender os quatro anos, Dante de Oliveira acredita que o partido deve continuar apoiando o presidente Sarney e deixar a discussão sobre um possível rompimento para depois de concluída a nova Constituição. Ele disse, no entanto, que o governo afastou-se progressivamente do PMDB e que as bases partidárias, ao menos em seu Estado, pedem o rompimento.

Dante defende uma proposta de "acirramento da luta interna no partido". Ele acha que o grupo "histórico" deve "tentar ser a força majoritária" e só aceita a participação da "direita" no PMDB subordinando-se aos "históricos". Dante quer que o PMDB perca sua postura de frente partidária, para que tenha "políticas definidas e claras". A hipótese de criação de um novo partido não foi afastada por ele, que admite essa saída caso a "direita" tome o comando do PMDB.

Dante, que foi autor da emenda constitucional, derrotada no Congresso Nacional, em 84, que estabelecia eleições diretas para presidente, é contrário à campanha "Constituinte-já" lançada por Ulysses Guimarães. Segundo o prefeito, a nova Constituição está sendo elaborada com a finalidade de ser "duradoura" e por isso não há tanta urgência na sua promulgação. Mas critica a atuação do grupo suprapartidário Centrão, que tenta "postergar" os trabalhos constituintes como forma de inviabilizar as eleições neste ano.

Planalto é "força corruptora sobre o país", diz Collor

Da Sucursal do Rio

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo (PMDB), 38, disse ontem, após encontro com o governador do Rio, Moreira Franco (PMDB), que o Palácio do Planalto exerce uma "força corruptora sobre o país". Collor defendeu o rompimento do PMDB com o governo José Sarney e acusou o Planalto de utilizar "mecanismos imorais para fazer valer a tese do mandato de cinco anos para o presidente Sarney". Defensor da redução do mandato do atual presidente para quatro anos, o governador de Alagoas disse que, para viabilizar esta proposta, aceitaria a convocação, para este ano, de eleições gerais, que, em sua opinião, "viriam em boa hora".

Collor vem mantendo uma atitude de forte crítica ao governo Sarney e na semana passada já havia dito que o governo Sarney está se valendo de "expedientes moralmente condenáveis" para conseguir os cinco anos de mandato. E declarou, na ocasião, que não acreditava "que a Assembleia Nacional Constituinte ajude o gover-

no a 'bater a carteira' da história".

Collor prometeu divulgar amanhã ou depois uma lista com os projetos que beneficiam Alagoas e que, segundo ele, estão retidos no governo federal como forma de retaliação à sua posição favorável aos quatro anos. Também defensor da redução do mandato de Sarney, Moreira Franco evitou ontem criticar o governo federal e, ao falar sobre eventuais casos de retaliação a seu governo, disse apenas estar sentindo uma "maior lentidão" em processos que tramitam no Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.

O governador de Alagoas — que se encontra hoje com o governador de São Paulo, Orestes Quércia (PMDB) — propôs a retomada, depois do Carnaval, de manifestações públicas favoráveis à redução do mandato de Sarney e se comprometeu a subir nos palanques de comícios que tenham este objetivo.

Collor afirmou que comparecerá à reunião de governadores do PMDB que o governador de Minas, Newton Cardoso, promove na quinta-feira. Moreira disse que deve ir.